

D. JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO:

Um Bispo ilustrado em Pernambuco

Fabiana Schondorfer Braz

Paulo Fillipy de Souza Conti¹**RESUMO**

O artigo pretende reconstruir parte da trajetória de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, membro de uma família tradicional do Rio de Janeiro, inclusive ligada a nobres portugueses, que foi bispo de Pernambuco entre os anos de 1794 e 1802. Passamos desde um breve comentário do estabelecimento dos Azeredo Coutinho no Brasil; a infância e a formação do seu filho mais ilustre; a apropriação da doutrina pedagógica do Seminário de Olinda, do qual o bispo Coutinho foi fundador e responsável pela redação dos Estatutos, feita pelos clérigos egressos do mesmo seminário em favor da Revolução Pernambucana de 1817; e, por fim, uma reflexão sobre o papel do bispo Azeredo Coutinho neste processo.

Palavras-chave: D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Pernambuco, ilustração.

ABSTRACT

The article intend to reconstruct the trajectory of D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, a member of a traditional family of Rio de Janeiro, and linked to the Portuguese nobles, who was bishop of Pernambuco between the years 1794 and 1802. We spent a brief comment from the establishment of Azeredo Coutinho in Brazil; childhood and training of its most illustrious son; the appropriation of the doctrine pedagogical seminary of Olinda, which the bishop Coutinho was founder and responsible for the drafting of the Statute made by clerics graduates of the same seminar in favor of Pernambuco Revolution of 1817, and, finally, a reflection on the role of Bishop Azeredo Coutinho in this process.

Key-words: D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Pernambuco, illustration.

¹ Ambos os autores são licenciados em História pela UFPE, e alunos do módulo bacharelado do mesmo curso pela mesma universidade. Contato: Paulo Fillipy de Souza Conti (paulof_conti@hotmail.com), Fabiana Schondorfer Braz (fdorfer@hotmail.com).

Membro da nobreza da terra

A base das hierarquias dos nobres se estabeleceu em Portugal ao longo do século XVII, tendo a frente não mais que 50 grandes Casas, das quais poucas dezenas poderiam ser consideradas como de “primeira grandeza”². Entre estas Casas começavam a ser inclusos os enobrecidos após a expansão, ou seja, famílias que ficaram responsáveis por fatias importantes de terra nos territórios coloniais, desde a Ásia até à América. É neste contexto que se insere a presença dos Azeredo Coutinho como nobres da terra no Brasil, mas com laços genealógicos ligados ainda com a nobreza metropolitana, como “Pedro de Souza Chichorro, fidalgo da Casa d’El Rei D. João II”³, no caso dos avós maternos e paternos do futuro bispo de Olinda.

Ser nobre significava ter privilégios, por exemplo, no que se refere à nomeação para cargos no Reino e no além-mar, por outro lado, significava obrigações para com a monarquia vigente e com a própria manutenção da posição de nobre⁴.

O papel desempenhado pelos Azeredo Coutinho está diretamente ligado com a pacificação de uma região extensa do território brasileiro, entre a costa e o Rio São Mateus – nos atuais estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Esta área foi dominada até a década de 1630 pelos índios goitacás, tidos pelos portugueses como “verdadeiras bestas”⁵. A maior parte da vida da Casa e a sua riqueza fora proveniente de suas propriedades na região dos goitacás. A terra localizada no norte fluminense foi, no século XVI em meio a América Portuguesa, palco de agitações fundiárias, visto que o povo indígena goitacá já estava instalado naquelas paragens quando os portugueses tentaram controlar a região.

A terra foi motivo para conflitos, divisões e redivisões até que, Domingos Peçanha, proprietário de terra e Capitão-Mor de Campos do Goitacá, avô de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, pacifica o “gentio” goitacá. Domingos Peçanha providenciou uma grande habitação que abrigasse todos os índios dentro de seu engenho, Fazenda de Santa Cruz, próximo a Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacás. Nesse ambiente eles se alimentavam, se banhavam e descansavam, sendo o engenho o espaço também do trabalho.

² MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)** / João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 254.

³ CANTARINO, Nelson Mendes. **A razão e a ordem: o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime Português (1742-1821)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. p. 51.

⁴ MONTEIRO, 2001: 256.

⁵ CANTARINO, 2012: 43.

Dessa maneira, a pacificação foi mantida pelas gerações seguintes ao manter a população goitacá sob controle. “Neste contexto, os Azeredo Coutinho e parentes, em função de suas redes de legitimidade social, entraram no topo desta hierarquia e, como tal, interferiam na vida das capitânias”⁶.

Azeredo Coutinho, apesar de ter vivido na vila de São Salvador dos Campos dos Goitaceses, era natural de São Sebastião do Rio de Janeiro, no dia 18 de janeiro de 1742. Durante sua infância já demonstrava o interesse de ingressar na vida religiosa, fato que angustiava seu pai, Sebastião da Cunha Rangel. Depois da morte de sua esposa, Sebastião parece mais flexível sobre o tema, e em uma troca de correspondências com um parente da família, fora aconselhado a permitir que o primogênito seguisse a carreira, mas se especializando em Coimbra.

Quanto à determinação de ordenar seu primogênito, não digo nada se essa é a sua vontade. Mas se o quer ordenar, veja se pode mandar-lo (sic) a Coimbra, porque sendo formado poderá fazer melhor fortuna, e ocupar melhores empregos com que se possa ser útil a Casa⁷.

Nos anos próximos a morte do pai, Azeredo sofreu certa pressão no sentido de assumir os negócios da família. “Sebastião da Cunha Rangel tentou, de toda forma, vincular seus bens em benefício de seu primogênito”⁸. Porém, Azeredo Coutinho não se interessava em conduzir os negócios e as propriedades da família, deixando tal encargo para seus irmãos, e antes do falecimento de seu pai, se mudou para Portugal em busca do aperfeiçoamento de seus estudos para se tornar clérigo. Conforme conselho do seu tio, partiu para a Universidade de Coimbra.

Formação na Universidade de Coimbra

As reformas pombalinas seguem o que já havia sido proposto por D. Luís da Cunha – Conde da Cunha⁹ –, no intuito de “confinar a riqueza a uns poucos”, para que fosse

⁶ FRAGOSO, João. “‘Elites econômicas’ em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América lusa. Notas de uma pesquisa”. **Independência: história e historiografia** / István Jancsó, organizador. – São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. p. 867.

⁷ Arquivo Histórico do Município de Elvas (AHME), Fundo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Ms. 248. Carta redigida a Sebastião da Cunha Coutinho Rangel, assinada por seu primo João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, datada de Lisboa de 5 de março de 1756, citado por CANTARINO, 2012: 56.

⁸ CANTARINO, 2012: 58.

⁹ D. Luís da Cunha (1668-1740) foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra durante o reinado de D. João V. É tido como principal responsável por aconselhar o futuro rei D. José a empregar Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.

possível promover uma classe mercantil portuguesa competitiva¹⁰. De acordo com o próprio Pombal, a reforma das instituições responsáveis pela transmissão do saber era prioritária, porém, acabou ficando em segundo plano em relação aos setores administrativos. Na verdade, os novos Estatutos da Universidade de Coimbra, por exemplo, só são lançados quando o vazio deixado pela expulsão dos jesuítas (1759) já significava uma crise pedagógica no Reino, no ano de 1772¹¹.

Os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, designadamente na parte relativa às Faculdades de Cânones e de Leis, em que se exaltam sobremaneira os poderes, prerrogativos e direitos do rei, não só na parte temporal, mas até com relação às matérias eclesiásticas. Afirma-se, em muitos pontos, o poder real absoluto, inclusive em assuntos eclesiásticos, ao mesmo tempo em que se tenta limitar os poderes da Igreja Católica exclusivamente às matérias estritamente espirituais, ou seja, do foro íntimo da consciência¹².

É importante notar que a legislação da época ressalta o poder absoluto do rei, inclusive, “como defensor e protetor da Igreja”. Em Alvará Régio de 28 de junho de 1759, as nações europeias mais ricas são vistas como parâmetros máximos de civilização, dignas de serem imitadas. O Alvará traz ainda recomendações de como devem agir os professores, e a importância de que existam escolas de primeiras letras em todas as cidades do Reino. Reforça-se também a acusação contra os jesuítas, ao culpá-los pelo “escuro” em que se encontrava o sistema educacional português¹³. O mesmo fica expresso na análise de Gilberto Luiz Alves:

O iluminismo português encarnou um desejo incontido de modernização do Reino, pobre e atrasado, ainda na segunda metade do século XVIII, cuja justificativa apelava sempre para o estágio das nações europeias mais ricas e evoluídas¹⁴.

Para Alves, o iluminismo português não pode ser comparado com o movimento homônimo francês, por exemplo. Sem a participação ativa dos diversos setores dos escalões

¹⁰ FÉRRER, Francisco Adegildo. “O Marquês de Pombal e a instrução pública em Portugal e no Brasil (século XVIII)”. **CLIO** Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. n 18. Recife, UFPE, 1999, p. 86.

¹¹ FÉRRER, 1999: 85.

¹² FÉRRER, 1999: 83.

¹³ SILVA, António Delgado da, ?-1850. **Collecção da Legislação Portugueza desde a última Compilação das Ordenações**. Lisboa: Typografia Maignense, 1828. p. 673-678.

¹⁴ ALVES, Gilberto Luiz. **Azeredo Coutinho** / Gilberto Luiz Alves. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 33-34.

sociais na sociedade portuguesa¹⁵, “o iluminismo português foi o iluminismo possível dentro das condições históricas concretas do Reino luso”¹⁶.

Entre os anos de 1791 e 1810, os nobres da região de Campos dos Goitacazes enviaram à Coimbra apenas 4 indivíduos, entre eles estava D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho¹⁷. E, é já sob uma educação reformada que Azeredo Coutinho, com o intuito de finalizar a sua formação eclesiástica, chegou à Universidade de Coimbra, aos 33 anos de idade. Cioso pelos debates acadêmicos, matriculou-se nos cursos de Leis, Cânones e Filosofia¹⁸. O reitor D. Francisco de Lemos era tio do futuro bispo de Olinda, o que facilitou tanto na sua hospedagem quando na adaptação aos compromissos de estudo. O que de fato não foi um problema. A idade, mais avançada do que a maioria dos seus colegas de classe, também foi importante, pois Azeredo Coutinho era visto como “uma pessoa de grande ciência e instrução”, com ‘bom procedimento, vida e costumes’¹⁹. Ou seja, foi um aluno exemplar.

Por estar inscrito em Cânones e Leis, Azeredo Coutinho entrou em contato com legislações de várias sociedades, além de conhecer o método analítico baseado no conhecimento histórico. Esta estratégia tomava muitos dos textos clássicos no idioma original, daí a necessidade de se ter como ponto de partida a “capacidade dos estudantes na compreensão do latim e do grego”²⁰. Esta característica perpassa a metodologia dos seus escritos econômicos, repletos de exemplos históricos, muitos deles sem a devida referência.

Com o fim do pombalismo, após a morte de D. José, em 1777, a prática pedagógica em Coimbra passou a ser vista como um “mar de heresia”. E, mesmo em um ambiente pouco propício para manter-se fiel aos pressupostos da reforma promovida pelo Marquês de Pombal, D. Francisco de Lemos defendeu com veemência que a forma mais positiva para o funcionamento da instituição de ensino seria continuar seguindo o programa dos Estatutos de 1772. O reitor afirmava que a desordem que muitas vezes tomava o espaço universitário era provocada por membros externos, e que a discussão das ideias era positiva.

¹⁵ Apesar do crescimento da participação burguesa em Portugal à época do Marquês de Pombal as universidades reformadas receberam, na grande maioria, os filhos dos nobres.

¹⁶ ALVES, 2010: 37.

¹⁷ FONSECA, Fernando Taveira da. “*Scientiae thesaurus mirabilis*: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850)”. **Revista Portuguesa de História**, t. XXXIII (1999), p. 558.

¹⁸ CANTARINO, 2012: 61.

¹⁹ Depoimento de Francisco Luis dos Santos Leal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), TSO, Processo de Geração, Vida e Costumes de J. J. Azeredo Coutinho, Ms. 160, nº3077, 29/04/1785, citado por CANTARINO, 2012: 61.

²⁰ CANTARINO, 2012: 68.

Azeredo Coutinho manteve-se ao lado de Lemos durante todo esse processo, e não apenas por lealdade familiar, senão por convicção²¹. Quando teve que fundar na colônia instituições de ensino, baseou-se nos Estatutos de Coimbra.

Outro ponto importante em relação ao calendário de aulas reformadas de Coimbra era o ensino da Matemática. Desde 1772, a disciplina era unicamente ensinada em nesta universidade, o que levava muitos militares e estudantes visitantes, sem vínculos diretos com a instituição, às aulas. Ter domínio de Matemática, sobremaneira para os militares, significava aumentar as possibilidades de receber uma promoção na carreira²². O caráter formativo, ao longo do século XVIII é cada vez mais importante, possibilitava mobilidade para os cargos mais importante na camada administrativa do Reino e do ultramar.

O sujeito bem formado ampliava as suas chances de ter uma carreira profissional bem sucedida, o que significa ascender na hierarquia administrativa e social. Para Azeredo Coutinho não foi diferente. Sua estadia em Coimbra não foi apenas uma satisfação pessoal, foi também uma forma de fortalecer seu nome, a sua Casa²³.

Não podemos esquecer que os horizontes dos que demandavam Coimbra, vindos de além-Atlântico, não se confinavam ao exercício das qualificações universitárias nos espaços da naturalidade: estava-lhes aberto todo o império, assim como o acesso aos cargos da administração central do Reino²⁴.

Tal posição foi encontrada por Coutinho ainda em Portugal, quando foi nomeado Bispo de Olinda em 1794. Sua passagem por Pernambuco ficou marcada não apenas pelo que tornou Azeredo Coutinho famoso no Reino – seus escritos econômicos – mas também por conflitos com membros da administração, sem contar, claro, com a obra pedagógica que estava às vésperas de ser realizada.

Atuação em Pernambuco

Apesar de ter sido nomeado bispo em 1794, só chegou ao Recife no Natal de 1798, partindo do porto diretamente para a Igreja Matriz da cidade, onde encontrou os fiéis

²¹ CANTARINO, 2012: 62.

²² CANTARINO, 2012: 67.

²³ CANTARINO, 2012: 71.

²⁴ FONSECA, 1999: 544.

muito animados com a sua chegada, para celebrar *Te Deum*²⁵. Se o intervalo entre a nomeação pra o cargo e a chegada de Azeredo Coutinho foi longo, o mesmo não pode ser dito a cerca das suas atividades em Pernambuco. Sua primeira missão não foi muito confortável. Coube a ele, ir à Residência dos Governadores entregar a carta de dispensa para o então governador D. Thomaz José de Melo²⁶.

Azeredo Coutinho já partira do Reino sabendo que não estaria apenas a frente da diocese de Olinda. O governo de Pernambuco ficava sob a responsabilidade de uma Junta Administrativa, presidida pelo bispo Coutinho, e composta ainda pelo desembargador e ouvidor-geral Antônio Luís Pereira da Cunha e pelo intendente de Marinha, Pedro Sheverin²⁷. Além da presidência da Junta da Fazenda, havia ainda, sob responsabilidade de Azeredo Coutinho, a presidência da Direção Geral dos Estudos. A razão pela qual aceitou a acumulação dos dois cargos, segundo Nelson Mendes Cantarino, não foi outra senão ter “conseguido o beneplácito régio para a fundação de um Seminário diocesano em Olinda”²⁸. Presidir a fiscalidade significava assegurar que a principal fonte de recursos para o provimento das aulas, o subsídio literário²⁹, fosse devidamente aplicado.

Se por um lado, Azeredo Coutinho garantia os recursos para o Seminário de Olinda, por outro, a acumulação de funções trazia problemas. O primeiro deles, comum para este período, foi o abastecimento dos víveres. Entre as soluções encontradas pelo bispo está o melhoramento da ligação entre Olinda e o Recife. Apesar da iniciativa, as carnes, por exemplo, começaram a escassear. Se a oferta de um produto cai, logo os preços sobem. E preços altos significavam constantes queixas da população. Na tentativa de equacionar a questão, o presidente da Junta estabeleceu o tabelamento de preços, para que os valores estacionassem em campo intermediário³⁰.

Outra sugestão do bispo Coutinho, caro aos assuntos econômicos, foi fortalecer o controle sobre as rotas de abastecimento. O resultado foi espantoso.

²⁵ Hino cristão usado tradicionalmente em cultos de ação de graças. Por ser Natal, Azeredo Coutinho fizera uma celebração especial.

²⁶ CANTARINO, 2012: 73.

²⁷ BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Fontes repatriadas**: anotações de História Colonial, referências para pesquisa, índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco / Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Vera Lúcia Acioli, Virgínia Maria Almoêdo de Assis. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 110.

²⁸ CANTARINO, 2012: 74.

²⁹ Tributo cobrado pela Coroa portuguesa, que recaía sobre cada rés abatida para alimentos e sobre a aguardente, vinho, vinagre, e que era destinado ao pagamento dos mestres régios (BARBOSA, 2006: 93).

³⁰ CANTARINO, 2012: 75.

Os extravios eram tantos que no ano de 1798 haviam passado 18 barris de pólvora pelas alfândegas do Recife. No ano seguinte, com o aumento da fiscalização o número saltou para 800 barris. E Azeredo ainda lamenta o fato de que esse número foi subestimado. Segundo o prelado, poucos meses após a chegada à capitania, resolveu mudar o prédio da alfândega para uma nova edificação. Certa noite, poucos dias após o traslado dos estoques o novo prédio ardeu. As causas do incêndio nunca foram descobertas³¹.

Os fatos mencionados acima repercutiram na capitania de Pernambuco, mas estavam longe de ser a principal preocupação do bispo Coutinho. Na verdade, a primeira grande desavença que envolveu o personagem da nossa história está relacionada com a Irmandade do Santíssimo Sacramento. No dia 15 de agosto de 1799, Azeredo Coutinho convocou o clero regular, secular e as confrarias do Recife, para que partissem no dia 18 da Igreja Matriz em procissão com o Sudário do Santíssimo Sacramento até a antiga igreja dos jesuítas. A Irmandade acusou o novo bispo de descompromisso com as decisões dos seus antecessores na diocese. Enquanto Coutinho afirmava que o traslado já estava previsto, não tendo sido realizado pelo seu antecessor por falta de tempo. Para piorar a situação, preocupado em não ficar desmoralizado frente aos fiéis, convocou a tropa de linha, comanda pelo seu irmão, coronel Domingos de Azeredo Coutinho, para garantir a execução da cerimônia. Tal decisão poderia ter causado resultados catastróficos, porém, de última hora, a Irmandade conseguiu acordo com o Pároco da Igreja do colégio. O que era para ser uma procissão se tornou uma missa campal, e o Sudário do Santíssimo Sacramento foi mais uma vez depositado no altar da Igreja Matriz do Recife³².

Depois da confusão supramencionada, que só foi resolvida com a intervenção da rainha Dona Maria, Azeredo Coutinho continuou sem abrir mão do seu gênio forte para facilitar a convivência com os membros da Junta e profissionais envolvidos com o funcionamento do Seminário. O já citado subsídio literário, segundo o bispo Coutinho, vinha sendo desviado por oficiais da Junta, o tesoureiro e o escrivão, informavam ao Erário de Lisboa mais cadeiras do que de fato existiam, assim, embolsavam os ordenados dos docentes³³. É válido ainda notar que houve momentos de instabilidade a cerca da remuneração devida a cada professor, afinal, o valor pago não era proporcional ao nível de formação, mas pela importância das localidades em que esses profissionais atuavam. Toda essa confusão já

³¹ CANTARINO, 2012: 77.

³² CANTARINO, 2012: 78-79.

³³ Ofício do Bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho a Junta Governativa da capitania de Pernambuco, listando os professores, cadeiras, ordenados recebidos, e a sua defesa das acusações de desvio de dinheiro. Datado do Recife a 27 de setembro de 1800. (AHU_ACL_CU_015, Cx.219, D. 14849).

havia chegado ao Reino, inclusive, provocou a mudança dos membros da Junta em Pernambuco.

Outro episódio importante foi a questão dos Suassunas, não só pela atuação atribulada do bispo no caso, como sem sombra de dúvidas, por tocar em nomes importantes da nobreza da terra, os Cavalcanti. Azeredo Coutinho, ao contrário da sua obra, não passaria muito tempo em Pernambuco.

Em carta régia de 25 de fevereiro de 1802, foi chamado de volta ao Reino e notificado sobre a sua eleição para o Bispado de Miranda. Em julho de 1802, regressou a Portugal. Nunca mais voltaria a América. Mas havia deixado em Pernambuco uma obra importante, o Seminário Episcopal cuja execução lhe fora atribuída.

Seminário de Olinda

Na vigência do período colonial brasileiro os clérigos mantiveram-se praticamente autônomos em relação ao Governo local. Este primeiro sentido de liberdade, independência, fazia de muitos deles homens públicos – no sentido político do termo –, mais ligados as suas posses e afastados dos seus compromissos de fé. O que não é de se estranhar. Esta é uma época na qual tanto o recrutamento quanto a formação dos padres encontrava-se desorganizada. Bispos não possuíam direito de fundar paróquias sem a permissão da Coroa, fatores políticos-institucionais travavam o processo de formação dos novos padres, e ainda havia os casos de falta total de vocação religiosa. Afinal, boa parte dos que seguiam o caminho da fé o faziam por não haver opções mais adequadas ao seu modo de vida e pela tradição familiar, ter um padre na família trazia *status* positivo.

O que era para se tornar uma lógica ainda no século XVI, após o Concílio de Trento³⁴ (1545-63), só entra em ação no mundo português no século XVIII com as reformas promovidas pelo então Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – Marquês de Pombal (1770). Em 1759, Pombal expulsa de Portugal e de suas colônias a maior força político-religiosa do mundo ibérico, a Companhia de Jesus. À época, os jesuítas eram responsáveis pelo que havia de formação educacional de base e até mesmo de alguns espaços

³⁴ O Concílio de Trento foi a principal reação da Igreja Católica ao que ficou conhecido como Reforma Religiosa. Os objetivos fundamentais do Concílio foram reafirmar a unidade da fé a disciplina eclesiástica. Nele foram examinadas também algumas tradições católicas, como os sete sacramentos, além da necessidade de manter bispos e padres fixos as dioceses e paróquias, respectivamente.

universitários, como a Universidade de Évora. Com isso, Portugal pôde modernizar o seu aparelho educacional formativo. A idade das luzes finalmente penetrava as universidades, a política, órgãos administrativos, e nem os seminários ficaram livres influência da ilustração portuguesa. A criação de um centro para a formação qualificada dos clérigos era uma necessidade real, como fomenta o professor Luís Vilhena, denunciando a inexistência de seminários de qualidade:

Outro considerável prejuízo é virem dos longínquos sertões para essa cidade estudantes a tomar ordens e como se lhe dificultam por anos, além do grande dispêndio que fazem seus pais, aí se enchem de mil vícios que nunca tiveram e que são os que podem [ficar] inabilitados para o sacerdócio, quando outros, por não terem a que vivam subordinados, casam indecorosamente e contra a vontade dos seus pais e parentes a quem mancham as famílias... [...] outros bebem abusos tais que melhor lhe fora terem bebido copos de veneno e vindo procurar o serem Paulos voltam Luteros ou Calvinos.³⁵

Ou seja, para Luís Vilhena, até mesmo o futuro da fé cristã estava ameaçado pela organização, recrutamento e formação deficitária oferecidas nos seminário pré-ilustração portuguesa. A visão do professor, que conhecia de perto o funcionamento destas instituições, deixa flagrante a preocupação que havia com relação ao seguimento da doutrina cristã católica, o que fica evidente na sua referência aos reformadores Martinho Lutero e Ítalo Calvino. Manter a unidade da fé sob a égide do Papa de Roma era fundamental.

É neste contexto de reformas político-administrativas que se insere o Seminário de Olinda, inaugurado com o nome oficial de Seminário Episcopal Nossa Senhora da Graça, seguindo o processo de modernização do país pelas ideias e com a Santa Sé mais preocupada com a formação dos seus ministros. É o sinal dos novos tempos em Portugal. Para se ter ideia, disciplinas como Retórica, Filosofia, Canto, Grego, Geometria, Gramática e várias abordagens de Teologia, faziam parte da formação dos padres no Seminário de Olinda.³⁶ O resultado deste tipo de formação era muito positivo, padres bem preparados, tanto na teoria como na prática, mais persuasivos, como se costumou dizer, homens do seu tempo. Mas, havia um preço na equação final de elevação da qualidade do ensino nos seminários. Para o Governo colonial alguns desses ministros de Deus se tornaram sujeitos perigosos, até mesmo com tendências revolucionárias.

³⁵ VILHENA, Luís dos Santos. **Recompilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas**, contidas em cartas. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921. p. 291, citado por SIQUEIRA, 2009: 164.

³⁶ Ofício do Bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho a Junta Governativa da capitania de Pernambuco, listando os professores, cadeiras, ordenados recebidos, e a sua defesa das acusações de desvio de dinheiro. Datado do Recife a 27 de setembro de 1800. (AHU_ACL_CU_015, Cx.219, D. 14849).

Como já afirmamos, a decisão de fixar os padres as suas paróquias e os bispos as suas dioceses, além de maior cuidado na formação e fundação de seminários para tal fim, foi uma determinação vinda do Concílio de Trento. Portugal entra nesta lógica a partir da carta régia datada de 22 de março de 1796, pela qual a rainha D. Maria I decidiu criar em cada uma das dioceses um estabelecimento para educar e formar jovens, visando à educação moral e religiosa.³⁷ Em Pernambuco coube ao bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho³⁸, homem ligado ao mundo das luzes e a dinâmica administrativa colonial, cuidar dos Estatutos e preparativos para a instalação do seminário. Por isso, é apontado por muitos como o grande idealizador do Seminário de Olinda. Apesar de não ter partido de Azeredo Coutinho a ideia de criar um seminário para a formação da mocidade pernambucana,³⁹ podemos apontá-lo como o grande responsável pelos rumos ideológicos do dito seminário. Já no Estatuto de estabelecimento do seminário o bispo Coutinho aponta para uma “Igreja divinamente ilustrada”, pronta para introduzir os jovens nos estudos “das virtudes e das ciências”, fazendo daqueles jovens, perpétuos ministros de Deus.⁴⁰ Atendendo assim ao projeto de “homem bom” da burguesia ilustrada, que ansiava por homens preparados para servir ao Estado e a Deus, ser cristão e ser cidadão, neste contexto, eram práticas indissociáveis.

A integração que deveria existir entre a formação científica e religiosa também é reforçada quando da aprovação dos Estatutos do seminário pela rainha D. Maria I, e até mesmo no discurso de abertura das atividades, em 1800. Em ofício datado de 4 de junho do mesmo ano, Azeredo Coutinho conta sobre a cerimônia de abertura e o mapa de alunos que frequentam o seminário, ele diz:

[...] se fez a abertura dos estudos do Seminário da Cidade de Olinda com a maior ostentação possível. Na sala da casa da mesma habitação naquela cidade, recitou o professor de Retórica Rodrigo Miguel Joaquim de Almeida e Castro uma muito elegante oração, em que mostrou com as vivas cores da lógica o quanto difere o homem sábio do ignorante; e quanto é prejudicial à religião, e ao Estado o homem sem estudos, e sem educação, entregue aos vícios, e a si mesmo; e concluiu recomendando a todos a obediência e

³⁷ SIQUEIRA, 2009: 144. A primeira circunscrição religiosa em Pernambuco foi a Prelazia de Pernambuco, criada pelo Papa Paulo V em 1614, e elevada a Diocese em 1676, pela Bula *Ad sacram Beati Petri sedem*, assinada pelo Papa Inocêncio XI.

³⁸ Apesar de nomeado bispo de Bragança e Miranda, em 1802, não deixou completamente Pernambuco porque seu sucessor foi transferido antes da posse.

³⁹ O pedido já havia sido feito em 1782, pelo então bispo da diocese, D. Tomás da Encarnação da Costa e Lima, assim como pelo seu sucessor D. Fr. Diogo de Jesus Jardim. É importante lembrarmos também que o Seminário de Olinda rompia com antiga lógica de recrutamento eclesiástico, pelo qual apenas filhos de famílias ilustres tinham acesso a formação religiosa, o foco eram os estudantes pobres, o que de qualquer forma não impossibilitava o acesso aos ricos.

⁴⁰ COUTINHO, D. José Joaquim da Cunha Azeredo, 1742-1821, “Estatutos”. **Azeredo Coutinho** / Gilberto Luiz Alves. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 74.

gratidão para com Sua Alteza Real, que do alto do seu Trono se não descuidou de lhes fazer tanto bem, e a seus filhos⁴¹.

Daí a seriedade com que se tratava a formação dos novos clérigos e outros jovens que chegavam ao seminário. A Igreja acompanhava nas suas mudanças os termos da doutrina política portuguesa, que precisava no momento mais de homens que pudessem tirar o Império Português da crise que vinha passando após o esgotamento das reservas minerais do Brasil. E os padres ocupavam posicionamento fundamental, eram, exatamente, os homens entre o povo e a junta administrativa. Como disse Antonio Jorge:

O padre, mais do que os juizes de paz e os comandantes de regimentos, era a figura que lidava com as intermediações: entre Deus e os homens, entre o céu e o inferno, entre o soberano e os súditos, entre os poderosos e os humildes, entre os santos e os pecadores e entre a carne e o espírito⁴².

Por isso não é de se estranhar quando o então bispo de Pernambuco, Azeredo Coutinho, aponta para a exploração que vitima os mais humildes, a preocupação com a qualidade da educação que se oferece na colônia, e até mesmo a um possível sentimento “pátrio” em relação a Pernambuco, quando se manifestava em defesa da terra em que vivia. O bispo tinha, apesar dos seus traços conservadores, um pensamento universalista. Considerava habitantes do Reino e da colônia como iguais.

Verdade é que para o bispo Coutinho, a maioria dos crimes era fruto da falta de educação. Padres bem formados e educados não só estariam livres de cometer crimes contra o Estado e a fé, como poderiam ajudar a minimizar os danos gerados pela falta de educação, oferecendo ao menos as primeiras letras a população.

A natureza humana corrompida pela primeira culpa é em extremo propensa para o erro, e para os deleites terrenos, em os quais parece querer constituir a sua felicidade. Se o homem desde a sua tenra idade não tiver quem o eduque na piedade, na religião, e nos bons costumes antes que o possuam os hábitos dos vícios, nunca virá a conseguir a perfeita observância dos deveres de um verdadeiro Cristão, e das obrigações da Sociedade, sem um grande, e extraordinário auxílio da Onipotência⁴³.

A condição social estratégica que apontamos acima era perfeita para isso, os padres cientistas surgiam como uma esperança de mudança ideológica. E mesmo estando atrelados à doutrina administrativa da coroa portuguesa ousavam denunciar as suas misérias.

⁴¹ Ofício do bispo de Pernambuco, D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho. Datado do Recife a 4 de junho de 1800. (AHU_ACL_CU_015, Cx.216, D. 14651).

⁴² SIQUEIRA, 2009: 213.

⁴³ COUTINHO, 1742-1821, 2010: 73.

Azeredo Coutinho pensou o Seminário de Olinda como um estabelecimento escolar que não se resumiria à formação do padre no seu sentido estrito. Mas, sim, como um colégio-seminário que formaria, no padre, o *filósofo natural*⁴⁴ [grifo do autor].

Estamos falando sobre um período ímpar na História do Brasil, com padres mais preparados, introduzidos no mundo das letras e das luzes, e que mesmo sob os olhos atentos da Santa Sé, mantiveram-se ativos na vida política da colônia. Unem-se fatores como independência em relação ao Governo colonial, o posicionamento social estratégico dos clérigos, e a chamada pedagogia da ilustração, colocada em prática pelo bispo Coutinho no Seminário de Olinda, no caso de Pernambuco. O resultado final, poucos anos após o estabelecimento do Seminário, é o envolvimento de diversos padres no processo revolucionário que abalou Pernambuco em 1817 – à época da Revolução de 1817 o bispo de Pernambuco era D. Frei Antônio de São José Bastos, que exerceu o cargo entre 1815 e 1819. E antes mesmo do estouro da Revolução, em 1816, o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, apontava o vigário do Recife, Manoel Jácome, como “um fomentador de desordens”⁴⁵.

Com o intuito de formar cristãos e cidadãos elevou-se o nível das disciplinas oferecidas nos seminários, e algumas delas, como Retórica⁴⁶ e Filosofia, foram fundamentais para que os padres se envolvessem no movimento supramencionado. Claro que não há formação religiosa que não toque temas filosóficos, afinal, a própria Teologia tem muito de filosofia, mas filosofia cristã, como Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino. E não são apenas os pensadores católicos que chegam aos alunos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça. Mesmo não constando oficialmente no currículo, podemos aventar isto, tendo por base a formação e a obra do bispo Azeredo Coutinho, na qual se flagram inserções de textos de autores como Bielfeld, Montesquieu e Fénelon⁴⁷, além do seu envolvimento com outro fato muito peculiar.

Em ofício assinado pelos três membros da Junta Governativa da capitania de Pernambuco, entre eles bispo Coutinho, em 1799, escrevem ao secretário de Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitando, em nome de 40 cidadãos, o recebimento de um manual traduzido para o português sobre os “horrendos e odiosos crimes

⁴⁴ ALVES, 2010: 52. Em Portugal, ao longo do século XVIII, a expressão “filósofo natural” designava os cientistas, produtor de conhecimento através das ciências modernas.

⁴⁵ LEITE, 1988: 127.

⁴⁶ É válido lembrar que a introdução da disciplina de Retórica ocorreu por ação da Companhia de Jesus, logo após o Concílio de Trento. A intenção era padronizar a oratória.

⁴⁷ ALVES, 2010: 46.

praticados pela Revolução Francesa”. O nome do bispo não apenas consta na lista como é o primeiro a ser mencionado⁴⁸. Ou seja, juntando a formação do bispo de Olinda, carregada pela ilustração que imperava à época na Universidade de Coimbra, mais a curiosidade que ele mantinha como intelectual, é pouco provável que ele não tenha introduzido aos seus alunos ideias e ideologias que havia entrado em contato durante a sua passagem pela Universidade de Coimbra. Até mesmo, talvez, para mostrar o caminho pelo qual não se deveria seguir. Foi com esta base filosófica, com referências fortes a liberdade, que alguns clérigos pernambucanos se tornaram sujeitos com mentes livres e ativos, chegando a fazer parte de uma revolução separatista.

No que se refere à Retórica, ela foi fundamental para o posicionamento dos padres no processo revolucionário. Muitos clérigos estiveram no comando dos grupos de guerrilha, mas o principal papel deles foi estimular a adesão dos militares e da população, principalmente após o dia 6 de março de 1817, quando o movimento começou a ocupar as ruas do Recife, e o capitão José de Barros Lima, chamado pelos seus de Leão Coroado, reagiu à voz de prisão e matou o comandante Barbosa de Castro. Como disse Jorge Siqueira, em “tempos de ruptura e cultivo da liberdade”, os clérigos foram os responsáveis pela doutrina revolucionária.

Era esta também uma forma de legitimar os fatos, pondo o imaginário religioso a serviço do temporal. A ação da maioria dos padres envolvidos se dá pelo discurso, que tanto poderia ser conservador ou insurgente, neste caso, ajudou a cimentar aquilo que o governo se referiu como “doutrina perniciosa”. Daí a preocupação por parte do governo em afastar esses sujeitos da capitania, punindo-os. Inclusive, na lógica de repressão ao movimento revolucionário de 1817, os padres foram os primeiros punidos, e exemplarmente, até mesmo com a morte, como o caso do Padre Roma. Exatamente pelas suas ações como doutrinadores. Os padres, pela óptica do governo, representavam um perigo potencial para as mentalidades. Siqueira conclui dizendo:

Portanto, não resta dúvida que o clero exerceu uma liderança, e essa liderança se consolidou no papel de agentes da doutrinação política. E, mais: o caminho das pedras da expansão insurgente, interior adentro, seguiu as trilhas da organização eclesiástica, envolvendo vigários, igrejas, missas e até os Livros de Tombo das paróquias. Esses argumentos confirmam não apenas

⁴⁸ Ofício da Junta Governativa ao secretário de Marinha e Ultramar. Datado do Recife a 23 de março de 1799. (AHU_ACL_CU_015, Cx.206, D. 14085).

a participação dos padres, mas também reforçam a razão mesma desse engajamento militar, doutrinário e de liderança qualificada⁴⁹.

A formação de padres cientistas, fruto do projeto burguês de cidadão – homens que pudessem servir à fé e ao Estado – acabou gerando resultados inesperados.

Considerações finais

Diante de tudo que já foi dito, não apenas por nós neste texto, mas por outros autores que se dedicaram a biografar o bispo Azeredo Coutinho – o que não foi a nossa intenção –, sem sombra para dúvidas, ele foi uma personalidade controversa. Transitava, por diversas vezes, entre o liberalismo e o pensamento conservador – até mesmo reacionário –, entre o religioso e o profano, entre o homem das luzes e o defensor da escravidão. Não temos a pretensão aqui de definir um perfil para o bispo Coutinho, tampouco dizer se ele viveu mais como clérigo ou administrador, cientista ou senhor de engenho. Nosso foco reside no percurso formativo que levou Azeredo Coutinho a ser quem ele foi no campo político e pedagógico. Da mesma forma, interessa-nos a maneira pela qual a sua obra foi apropriada para formatar o pensamento liberal dos padres que se envolveram com a Revolução Pernambucana de 1817, conforme abordamos no tópico anterior.

Fato é que não podemos afirmar que o Estatuto do Seminário de Olinda, escrito por Azeredo Coutinho que, em primeiro momento, visou exclusivamente servir ao projeto ilustrado português, possuía caráter libertário. O bispo de Olinda nunca conseguiu pensar o Brasil independente do Reino de Portugal, era um absolutista⁵⁰. Exatamente por isso, consideramos a teologia ilustrada que leva padres a pegar em armas em 1817, em Pernambuco, fruto de apropriações que fugiram ao controle do seu bispo. Até mesmo porque, Azeredo Coutinho já não se encontrava no Brasil quando o processo estourou.

O que estamos dizendo com isto, é que Azeredo Coutinho foi um homem do seu tempo, oscilando entre parte, que podem para nós, hoje, parecerem divergentes, mas que faziam parte da lógica de modernização pela qual passava toda a Europa. Portugal, por ser uma região muito tradicional, conservava costumes seculares, muitos deles, também incondizentes com os novos tempos. O império já havia, com o Marquês de Pombal, realizado reformas que deixaram feridas abertas, como a questão dos jesuítas, mas que foram

⁴⁹ SIQUEIRA, 2009: 213.

⁵⁰ ALVES, 2010: 17.

importantes para tornar a economia portuguesa mais competitiva. Ainda assim, passado o consulado pombalino, mudar, era extremamente delicado. Por exemplo, mesmo quando Dona Maria assume a Coroa portuguesa, “não houve Viradeira em matéria institucional, quer em Portugal, quer no Brasil, o que significaria um retorno ao empirismo administrativo do modelo anterior”⁵¹.

Daí, a ideia sempre presente de Azeredo Coutinho de promover mudanças mantendo a ordem⁵². A manutenção do *status quo* não era apenas reflexo do pensamento de um monarquista, mas também de um membro da elite preocupado com o que poderia acontecer caso os mais humildes tivessem acesso aos graus de distinção social mais importantes. Ou seja, Azeredo Coutinho pode ter abandonado a administração das terras da família para se dedicar ao sacerdócio, mas jamais abandonara a sua posição de nascimento, em termos de comportamento, primogênito de uma Casa nobre.

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho faleceu em Portugal a 12 de outubro de 1821, logo após ter sido eleito deputado para as Cortes Constituintes pelo Rio de Janeiro⁵³. Viveu até o fim no limite da contradição, como o novo modelo burguês para os “homens bons”.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU_ACL_CU_015, Cx.206, D. 14085.

AHU_ACL_CU_015, Cx.216, D. 14651.

AHU_ACL_CU_015, Cx.219, D. 14849.

Bibliografia

ALVES, Gilberto Luiz. **Azeredo Coutinho** / Gilberto Luiz Alves. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

⁵¹ WEHLING, Arno. “Ruptura e continuidade no Estado brasileiro 1750-1850”. **Historia Constitucional Revista Electrónica**, Universidade de Oviedo, v. 5, 2004. p. 247.

⁵² CANTARINO, 2012: 217.

⁵³ ALVES, 2010: 14.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Fontes repatriadas**: anotações de História Colonial, referências para pesquisa, índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco / Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Vera Lúcia Acioli, Virgínia Maria Almoêdo de Assis. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

CANTARINO, Nelson Mendes. **A razão e a ordem**: o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime Português (1742-1821). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

FÉRRER, Francisco Adegildo. “O Marquês de Pombal e a instrução pública em Portugal e no Brasil (século XVIII)”. **CLIO** Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. n 18. Recife, UFPE, 1999, p. 77-91.

FONSECA, Fernando Taveira da. “*Scientiae thesaurus mirabilis*: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850)”. **Revista Portuguesa de História**, t. XXXIII (1999), p. 527-559.

FRAGOSO, João. “‘Elites econômicas’ em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América lusa. Notas de uma pesquisa”. **Independência**: história e historiografia / István Jancsó, organizador. – São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005. p. 849-879.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817**: estrutura e comportamentos sociais / Glacyra Lazzari Leite; prefácio de Manuel Correia de Andrade. – Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII) / João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 249-283.

SILVA, António Delgado da, ?-1850. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações**. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. **Os Padres e a Teologia da Ilustração** – Pernambuco, 1817 / Antonio Jorge Siqueira. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

WEHLING, Arno. “Ruptura e continuidade no Estado brasileiro, 1750-1850”. **Historia Constitucional Revista Electrónica**, Universidade de Oviedo, v. 5, 2004. p. 237-248.

Artigo Aprovado pela Profª Dra. Maria Ângela de Faria Grillo. Em 20/12/2013